



AS TRANSFORMAÇÕES NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP (1990-2022)

**TRANSFORMATIONS IN THE TERRITORIAL DYNAMICS OF
THE MUNICIPALITY OF CARAGUATATUBA/SP (1990-2022)**

AS TRANSFORMAÇÕES NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP (1990-2022)

TRANSFORMATIONS IN THE TERRITORIAL DYNAMICS OF THE MUNICIPALITY OF CARAGUATATUBA/SP (1990-2022)

Thaís Ribeiro Antunes de Godoy¹ | Moacir José dos Santos²
Edson Trajano Vieira³

Recebimento: 05/10/2025
Aceite: 04/11/2025

¹ Doutoranda em Planejamento
e Desenvolvimento Regional (UNITAU).
Taubaté – SP, Brasil.
E-mail: thais.ragodoy@unitau.br

³ Doutor em História Econômica (USP).
Docente da Universidade de Taubaté.
Taubaté – SP, Brasil.
E-mail: trajano@unitau.br

² Doutor em História (UNESP).
Docente da Universidade de Taubaté.
Taubaté – SP, Brasil.
E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as transformações nas dinâmicas territoriais de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, entre 1990 e 2022, considerando o impacto do crescimento populacional no espaço urbano perante os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A metodologia recorreu à análise de dados de fontes primárias e secundárias como IBGE, Instituto Pólis e FUNDAAC. Os resultados demonstram que o crescimento contribuiu para a intensificação da urbanização desordenada e da especulação imobiliária. Estes processos deslocaram comunidades caiçaras tradicionais e moradores de baixa renda para áreas periféricas ou de risco, agravando desigualdades e vulnerabilidades climáticas. Simultaneamente, as transformações atraíram fluxos migratórios em busca de oportunidades de emprego, especialmente no setor de petróleo e turismo, aumentando a pressão sobre a infraestrutura urbana e social. Como conclusão, propõe-se que as políticas públicas conciliem desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Dinâmicas Territoriais; Territorialização; Gentrificação;
Segregação socioespacial; Caraguatatuba.

ABSTRACT

This paper analyzes the transformations in the territorial dynamics of Caraguatatuba, on the Northern Coast of São Paulo, between 1990 and 2022, considering the impact of population growth on urban space through processes of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization. The methodology used data analysis from primary and secondary sources, such as the IBGE, Pólis Institute and FUNDAAC. The results demonstrate that growth contributed to the intensification of disorderly urbanization and real estate speculation. These processes displaced traditional caiçara communities and low-income residents to peripheral or at-risk areas, exacerbating inequalities and climate vulnerability. Simultaneously, these transformations attracted migratory flows seeking employment opportunities, especially in the oil and tourism sectors, increasing pressure on urban and social infrastructure. In conclusion, the article proposes that public policies reconcile economic development, social inclusion, and environmental preservation, in line with the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Territorial Dynamics; Territorialization; Gentrification; Socio-Spatial Segregation; Caraguatatuba.

1 INTRODUÇÃO

Entre 1990 e 2022, a cidade de Caraguatatuba passou por transformações urbanas e socioeconômicas, consolidando-se como um polo estratégico na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. Entre 2010 e 2022 Caraguatatuba apresentou um crescimento populacional de aproximadamente 33,75%, conforme os censos de 2010 e 2022 (IBGE, 2022). Caraguatatuba exemplifica as dinâmicas urbanas e econômicas de cidades costeiras que, além de seu papel no turismo, têm atraído atenção global pela exploração de recursos naturais, como petróleo e gás, especialmente no contexto do pré-sal. Esse desenvolvimento, alinhado à busca internacional por energia, contribui para a urbanização e reforça a posição de Caraguatatuba como um polo estratégico na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás. Contudo, esses avanços também trazem desafios, como a pressão sobre a infraestrutura urbana, a especulação imobiliária e a necessidade de políticas públicas para promover uma urbanização sustentável e inclusiva.

No entanto, esse crescimento urbano não ocorre de forma isolada, pois está intrinsecamente relacionado a fatores interconectados que moldam o tecido urbano e a dinâmica socioeconômica da região. Entre esses fatores destacam-se a exploração de gás e petróleo, o aumento das



atividades turísticas e da especulação imobiliária por grandes construtoras. Compreender as complexas dinâmicas que moldam Caraguatatuba contribui para o desenvolvimento de estratégias mais sustentáveis e inclusivas que beneficiem toda a comunidade. A análise das transformações socioeconômicas e urbanas da cidade, considerando seu crescimento populacional e os impactos do desenvolvimento econômico, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que busquem equilibrar a expansão urbana com a preservação ambiental e a inclusão social. Dessa forma, o estudo das dinâmicas territoriais de Caraguatatuba proporciona uma visão estratégica para lidar com os desafios enfrentados por cidades litorâneas em processo de urbanização e crescimento econômico impulsionado por setores como o turismo e a exploração de recursos naturais.

Para compreender esses fenômenos, é essencial analisar o espaço urbano considerando as categorias propostas por Santos (1988), como estrutura, processo, função e forma. Esses elementos, quando analisados em conjunto, segundo o autor, fornecem uma base teórica sólida para entender a complexa dinâmica dos fenômenos espaciais na cidade. Assim, o objetivo desse artigo é analisar as dinâmicas territoriais no município de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, com o crescimento populacional, diante do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no período entre 1990 e 2022.

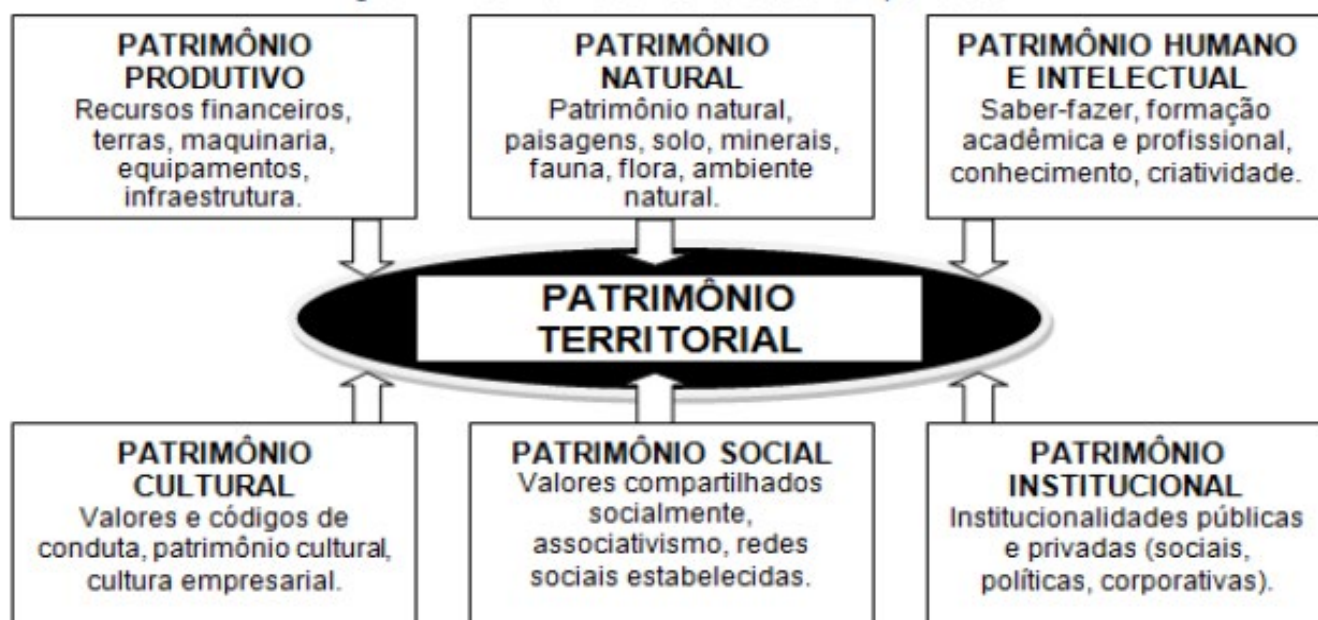
A delimitação temporal abrange três décadas de transformações, permitindo uma análise das mudanças nos padrões de ocupação, da expansão urbana em áreas de preservação ambiental, do surgimento de novas áreas residenciais e comerciais, e dos efeitos da migração populacional. Serão considerados os impactos ambientais resultantes dessas transformações, especialmente no que se refere à ocupação irregular de áreas de risco, que traz consigo a degradação do meio ambiente e a vulnerabilidade climática.

2. ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO

2.1 PATRIMÔNIO TERRITORIAL

O conceito de patrimônio territorial contribui para a compreensão do desenvolvimento de cidades litorâneas como Caraguatatuba. O patrimônio territorial corresponde ao “conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território” (Dallabrida, 2020, p. 12), definição que abrange bens tangíveis e intangíveis. Dallabrida (2020) aponta que a ativação do patrimônio territorial é um processo para promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado dos territórios. A ativação refere-se ao uso estratégico e eficiente dos recursos materiais e imateriais acumulados historicamente em um determinado território. Esse processo envolve várias dimensões como a social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual. Conforme expõe a Figura 1:

Figura 1 | Patrimônio territorial e seus componentes



Fonte: Dallabrida (2020b)

Fonte: Dallabrida (2020).

Dallabrida (2020) define o patrimônio territorial como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais acumulados ao longo da história em um determinado território e que podem ser ativados em prol do desenvolvimento. Para entender o processo de ativação do patrimônio territorial é necessário recorrer à acepção de recursos e ativos. Entende-se por ativos os fatores em atividade, enquanto, por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente (Benko; Pecqueur, 2001, p. 41). No processo de exploração de um território, o objetivo é justamente transformar recursos em ativos mediante ações que vão desde a organização e planejamento do espaço até o cultivo, a preparação e o desenvolvimento de suas potencialidades. Ao explorar um território, um planejamento adequado pode envolver a construção de infraestruturas, a melhoria das condições de acessibilidade, a implantação de políticas públicas, e até a valorização dos recursos naturais e culturais disponíveis. A exploração é um processo ativo de transformação que busca tirar proveito dos recursos existentes e convertê-los em ativos reais.

A ativação do patrimônio territorial, conforme exposto por Dallabrida (2020), é essencial para o desenvolvimento sustentável. O crescimento populacional e as transformações territoriais requerem uma abordagem integrada que valorize os recursos naturais, culturais, sociais e institucionais do município. Políticas públicas eficazes e uma gestão estratégica dos recursos disponíveis são fundamentais para promover um desenvolvimento equilibrado e melhorar a qualidade de vida da população.

Analisando o território a partir das políticas públicas regional e territorial do Brasil, podemos destacar a dinâmica escalar existentes sobre elas (Stoffel, Rambo, Freitas, 2019). Em relação a Caraguatatuba, a ênfase está nas dinâmicas territoriais urbanas, incluindo a segregação socioespacial, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como os impactos do crescimento populacional e das transformações econômicas na configuração urbana da cidade. Essa escolha se justifica pela relevância das questões urbanas no município, que têm sido fortemente influenciadas por fatores como a exploração do pré-sal, a duplicação da Rodovia dos Tamoios e os processos de gentrificação e especulação imobiliária, dinâmicas que têm moldado o território urbano de Caraguatatuba, contribuindo para os desafios e oportunidades

enfrentados pela cidade no século XXI.

Boisier (2000) argumenta que o desenvolvimento territorial é mais amplo que o desenvolvimento regional, pois envolve a integração de múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental) e a atuação em diversas escalas espaciais (local, regional, nacional e global). Para que o desenvolvimento territorial seja efetivo, é necessário um processo de transformação que rompa com o status quo, envolvendo tensões e escolhas de alternativas que construam trajetórias históricas. Nessa mesma perspectiva, Brandão (2007) reforça a importância do envolvimento e legitimação das ações pelos atores locais, destacando que o desenvolvimento deve promover a autonomia de decisão e ampliar o espaço de ação dos sujeitos sociais.

Ao considerar as escalas locais, regionais, nacionais e globais, Brandão (2008) sublinha a importância de estratégias integradas que reconheçam a interconexão entre diferentes contextos geográficos e sociais. Essa abordagem multidimensional é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos, como a desigualdade socioeconômica, a degradação ambiental e a fragmentação espacial, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todas as suas manifestações. A discussão sobre território e desenvolvimento é fundamental para compreender a complexidade envolvida na implementação de políticas públicas eficazes. O território não deve ser visto apenas como uma delimitação geográfica, mas como um espaço de interação social, econômica e cultural. Reconhecer essa complexidade e promover a participação ativa dos atores locais é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No contexto das dinâmicas territoriais, o planejamento e desenvolvimento regional desempenham papel crucial na preservação do meio ambiente e na mitigação dos impactos ambientais causados pela expansão urbana e econômica. O conceito de desenvolvimento, historicamente associado ao crescimento econômico e à satisfação das necessidades básicas, evoluiu para incorporar a dimensão da sustentabilidade socioambiental, reconhecendo a necessidade de conciliar desenvolvimento com preservação ambiental (Santos *et al.*, 2012, p. 45).



2.2 TERRITÓRIO E CULTURA CAIÇARA

O conceito de território é fundamental para compreender as transformações socioespaciais em Caraguatatuba, especialmente em relação aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A análise das mudanças na paisagem urbana e socioeconômica da cidade a partir das teorias contemporâneas de território oferece uma base sólida para entender as dinâmicas que moldam o município. Segundo Haesbaert (2004), o território deve ser lido numa perspectiva relacional, dentro de um conjunto de relações sociais que constantemente o redefinem, perpassando continuamente pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O desenvolvimento urbano de Caraguatatuba corresponde à territorialização histórica, baseada na pesca e agricultura, passando pela desterritorialização impulsionada pela indústria do pré-sal, até a atual reterritorialização, focada no turismo e construção civil, refletindo essa perspectiva relacional. Haesbaert (2023) destaca que compreender o território implica reconhecer as interações entre sociedade e natureza; no caso de Caraguatatuba, isso reflete nos impactos ambientais e sociais decorrentes da expansão urbana desordenada e da especulação imobiliária. Um dos conceitos centrais para compreender as transformações socioespaciais é a tríade proposta por Santos (1978). Para o autor, a territorialização refere-se ao processo pelo qual grupos sociais estabelecem e delimitam seu espaço de atuação, a desterritorialização, por sua vez, envolve a perda ou transformação desse espaço devido a mudanças sociais, econômicas ou culturais, a reterritorialização refere-se à busca por novas formas de apropriação do espaço. Esses conceitos são cruciais para analisar como a exploração de recursos naturais e o desenvolvimento urbano impactam a dinâmica de Caraguatatuba. Quanto ao conceito de territorialização, denota-se que o espaço antecipa o território, e que o território se dá pela concepção das relações de poder que acontecem para que esse espaço se desenvolva em território.

Esse conceito se manifesta nas transformações socioespaciais impulsionadas por fatores como a exploração de recursos naturais, o turismo e a especulação imobiliária no município costeiro de Caraguatatuba. A delimitação territorial na cidade não é fixa, nem linear, mas sujeita a mudanças conforme diferentes atores, incluindo governos, empresas e comunidades locais, intervêm e reconfiguram o espaço de acordo com seus interesses e necessidades. Essa abordagem



ênfatiza que a territorialização é um processo histórico e social, no qual as fronteiras e as utilizações do espaço urbano podem se alterar significativamente ao longo do tempo, refletindo a multiplicidade de relações de poder e a diversidade das interações sociais presentes na região. Além disso, a desterritorialização e reterritorialização observadas em Caraguatatuba exemplificam como as pressões econômicas e políticas podem desestabilizar as estruturas espaciais existentes, promovendo novas formas de ocupação e uso do solo que atendem a diferentes agendas, muitas vezes em detrimento das comunidades mais vulneráveis.

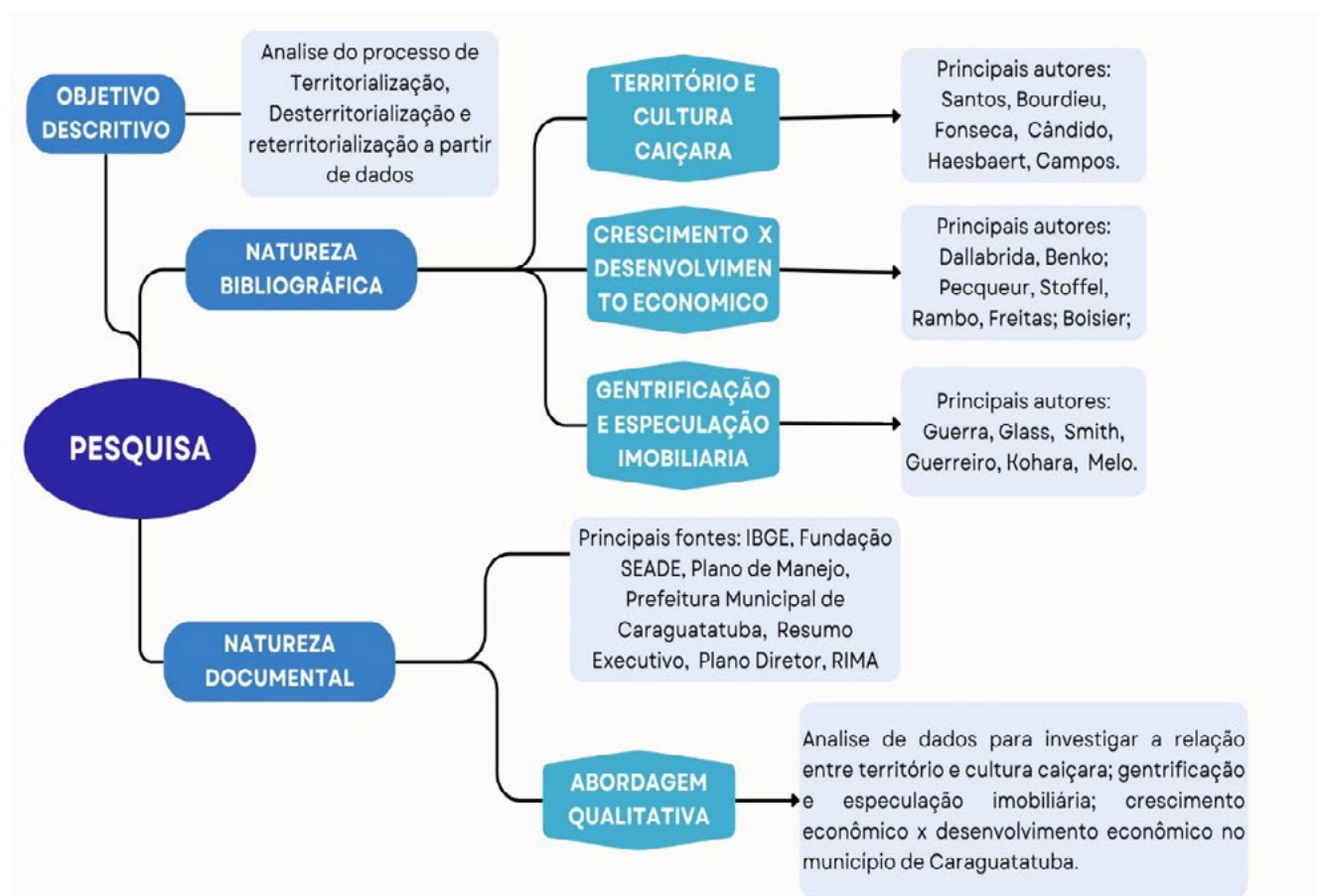
Com a globalização, a desterritorialização passou a ser predominante, à medida que as fronteiras se tornaram mais permeáveis e as identidades culturais mais fluidas. A reterritorialização envolve a busca por novas formas de identidade e pertencimento. Harvey (2005), aborda a desterritorialização no contexto da globalização, discutindo como a fluidez do capital e das informações afeta as estruturas territoriais tradicionais, influenciando o desenvolvimento urbano e a exploração de recursos. Haesbaert (2023), por sua vez, argumenta que as transformações e mudanças nos territórios não necessariamente levam ao desaparecimento das identidades culturais, mas contribuem para a construção de novas formas de identidade que refletem as interações e interconexões que ocorrem no processo de mobilidade e fluidez territorial. O autor ênfatiza que os territórios não são fixos ou estáticos, mas dinâmicos e em constante transformação.

3 MÉTODO

A pesquisa foi realizada a partir do método escalar, proposto por Dallabrida (2020), para elucidar a dinâmica territorial do desenvolvimento a partir de quatro categorias teóricas: território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial. Combinada a essa perspectiva, foi adotada a abordagem histórica, para identificar os fatores relacionadas à trajetória histórica do território de Caraguatatuba (Santos e Carniello, 2014). Dessa forma, na pesquisa de natureza documental, foram utilizados dados e indicadores sobre o município de Caraguatatuba, acerca da história local e cultura, legislação ao longo dos anos referente ao setor imobiliário, crescimento populacional, econômico, desenvolvimento sustentável. A Figura 2 resume o método de pesquisa.



Figura 2 | Metodologia de Pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores.

O principal instrumento de pesquisa foi a análise documental de fontes primárias e secundárias, com dados coletados de documentos oficiais, relatórios técnicos, estatísticas e informações disponibilizadas pelo município, Instituto Pólis, FUNDAAC e IBGE. O Quadro 1 apresenta a relação dos indicadores, informações e dados utilizados, assim como suas respectivas fontes, que foram usados na pesquisa.

Quadro 1 | Relação de indicadores, informações e dados utilizados na pesquisa

Indicadores/Informações/Dados	Fonte
Plano Diretor e Revisões	Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
Plano de Manejo Juqueriquerê	Ambiens Soluções Ambientais
Crescimento Populacional	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Dados Históricos e Culturais	Instituto Pólis
Diagnóstico RMVPLN	Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de SP
Resumo Executivo de Caraguatatuba	Instituto Pólis
Diagnóstico Urbano Socioambiental	Instituto Pólis
Relatório de Impacto Ambiental	Petrobrás
Dados Socioeconômicos	Plano de Manejo (APAMLN)
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	IFDM – Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal
Evolução Mancha Urbana	Instituto Pólis
Mapeamentos de Assentamento Precários e APP	IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
Dinâmica Imobiliária	Instituto Pólis
Zoneamento Ecológico	Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
Plano de Resíduos Sólidos	Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
Dados Históricos e Culturais	FUNDAAC

Fonte: Elaboração dos autores.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A TERRITORIALIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM CARAGUATATUBA

Territorialização refere-se ao estabelecimento de uma população em uma área específica, que muitas vezes implica em processos de organização e estruturação do espaço para atender às necessidades dos moradores (Santos, 1978). No caso de Caraguatatuba, a rápida territorialização trouxe consigo desafios na gestão do solo urbano, visto que a infraestrutura existente muitas vezes não acompanhou o ritmo do crescimento populacional.

Caraguatatuba, situada no litoral norte do estado de São Paulo, foi fundada em 20 de abril de 1857, com o predomínio de atividades agrícolas e extrativas que moldaram uma base rural e dispersa (Campos, 2000). Ao longo de sua história, Caraguatatuba passou por diversos processos de territorialização que moldaram suas comunidades e bairros. A formação de assentamentos caiçaras, por exemplo, representa uma territorialização tradicional baseada em modos de vida associados ao ambiente natural. Com a urbanização acelerada, novos bairros surgiram, muitas vezes de maneira informal e irregular, refletindo a necessidade de habitação e as pressões do mercado imobiliário.

O patrimônio territorial de Caraguatatuba é composto por elementos que refletem a diversidade natural, cultural, produtiva, social, humana e institucional do município, consolidando sua identidade e importância no Litoral Norte de São Paulo. Esses patrimônios, ao interagirem com o território, não apenas moldam a dinâmica local, mas também representam recursos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. No âmbito produtivo, Caraguatatuba se destaca pela pesca artesanal e pela agricultura local, especialmente pelo cultivo de bananas e outros produtos agrícolas típicos (Prefeitura Municipal Caraguatatuba, 2021). A cidade também é um ponto estratégico para a exploração de gás natural, com a atuação da Petrobras e o Terminal de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), que desempenha um papel crucial na economia regional. Além disso, o turismo é uma das principais atividades econômicas do município, atraindo visitantes para suas praias, trilhas, festas tradicionais e eventos culturais (Petrobrás, s/d).

O patrimônio natural de Caraguatatuba abriga parte do Parque Estadual da Serra do Mar, uma área de preservação ambiental que protege a biodiversidade (Fundação Florestal, 2024). No



campo cultural, o município preserva espaços que contam sua história e celebram sua identidade. Destacam-se o Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (MACC), que apresenta um acervo rico sobre a história local, e o Teatro Municipal Governador Mário Covas, palco de eventos culturais. O Espaço Hartãt, com acervo indígena, é outro exemplo importante, reforçando as raízes culturais do território. O patrimônio humano e intelectual é representado pelos saberes tradicionais caiçaras, que se manifestam em práticas como a confecção de artesanatos com conchas, fibras e escamas, além das tradições orais e das festividades populares. Esses elementos refletem a riqueza cultural e o senso de pertencimento da comunidade local.

O patrimônio social inclui associações culturais e iniciativas comunitárias, como a Feira Municipal de Arte e Artesanato (FEMAAC), que reúne mais de 90 artesãos locais, e o Polo Cultural e Educacional “Prof.^a Eloiza Andrade Antunes”. Esses espaços fortalecem os vínculos sociais e promovem o desenvolvimento comunitário. (Prefeitura Municipal Caraguatatuba, 2018). Por fim, o patrimônio institucional de Caraguatatuba é marcado pela atuação de instituições como a Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), responsável por promover eventos culturais e educacionais, e o Arquivo Municipal e Biblioteca Pública Afonso Schmidt, que preserva a memória histórica da cidade. (Fundacc, 2000). O conjunto desses patrimônios revela a complexidade territorial de Caraguatatuba.

Neste contexto, a pressão sobre essas áreas periféricas tornou-se mais perceptível a partir dos anos 1970, quando os primeiros sinais de ocupação irregular começaram a aparecer, e se desenvolveu com o aumento populacional das décadas seguintes. Os processos históricos de territorialização tiveram um impacto direto no crescimento populacional a partir de 1990 e se estende até o último censo 2022. A cidade experimentou um aumento significativo na população, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e pela atração de novos residentes e turistas. De acordo com a Tabela 1, Caraguatatuba apresentou um crescimento populacional notável entre 1991 e 2022, passando de 52.878 para 134.875 habitantes, (Vieira *et al.*, 2023).

Tabela 1 | Crescimento Populacional - Litoral Norte de São Paulo

Localidade	1991	2000	2010	2022
Caraguatatuba	52.878	78.921	100.840	134.875
Ilhabela	13.538	20.836	28.196	34.934
São Sebastião	33.890	58.038	73.942	81.540
Ubatuba	47.398	66.861	78.801	92.980
Litoral Norte	147.704	224.656	281.779	309.395
RMVale	1.651.594	1.992.110	2.264.594	2.506.053
São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	44.420.459
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.747.731	203.062.512

Fonte: Vieira et al., 2023, p. 478

De acordo com os dados do IBGE, demonstrados na Tabela 1 a porcentagem de crescimento populacional de Caraguatatuba (1991 a 2022) é de 155,07%, somente na última década houve um crescimento populacional de 34% (Vieira *et al.*, 2023, p. 478). Caraguatatuba foi o município que apresentou maior crescimento populacional de 2010 até o último censo do IBGE 2022, entre os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A partir da década de 1990, Caraguatatuba experimentou um crescimento populacional e habitacional, com destaque para as ocupações desordenadas em encostas de morros e áreas ribeirinhas, resultando em assentamentos precários localizados em áreas de risco. Ao mesmo tempo, a orla foi praticamente toda ocupada, exceto por algumas poucas regiões entre Indaiá e Palmeiras, e entre Cocanha e Mococa (Instituto Pólis – Resumo Executivo Caraguatatuba, 2012).

O adensamento urbano também avançou nos bairros previamente ocupados, especialmente na parte sul do município, expandindo a mancha urbana em direção à Serra do Mar. Esse período foi marcado pela segregação socioespacial, com a população de baixa renda sendo empurrada para o interior, enquanto as áreas costeiras próximas à orla eram dominadas por residências secundárias de alto padrão.

Figura 3 | Mancha Urbana Caraguatatuba (1990 a 2020)



Fonte: Imagens Landsat 1990, 2000, 2010 e 2020, Google Earth, 2024. Elaboração dos autores.

Durante a década de 2000, o ritmo de expansão urbana foi menor, focando-se principalmente na consolidação dos bairros já urbanizados. Contudo, as ocupações continuaram a avançar em direção às encostas da Serra do Mar, agravando o risco de desastres naturais. Nesse contexto, a instalação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) pela Petrobras, trouxe um novo elemento de desenvolvimento para a cidade, embora sua localização estivesse desconectada da malha urbana existente, em uma área sensível, próxima à proteção ambiental da Serra do Mar.

Em 2010, Caraguatatuba apresentava uma orla altamente ocupada, porém fragmentada, com loteamentos e condomínios de luxo que não se integravam entre si, deixando grandes áreas vazias entre os espaços urbanizados. O avanço da especulação imobiliária e a gentrificação continuaram a moldar a ocupação da cidade, ao mesmo tempo em que os problemas de ocupação irregular e precariedade habitacional persistiam, especialmente nas áreas de risco. Ao longo das décadas, Caraguatatuba passou por uma transformação significativa em sua configuração urbana, especialmente em comparação com a primeira metade do século XX. Bairros centrais como Sumaré, Estrela D'Alva, Jardim Primavera e Indaiá começaram a apresentar um adensamento populacional crescente, enquanto bairros mais distantes, como Martim de Sá, Palmeiras, Porto Novo, Prainha e Massaguaçu, também foram gradualmente ocupados. Nesse mesmo período, observou-se o surgimento de condomínios de luxo, como o Tabatinga, que marcaram o início de uma nova dinâmica imobiliária e socioespacial na cidade (Gigliotti e Santos, 2013).

Em 2022, o cenário urbano de Caraguatatuba refletia um processo de adensamento urbano ainda mais significativo, com grande parte do território já ocupada. A especulação imobiliária intensificou-se, resultando em novas construções de alto padrão nas áreas mais valorizadas, próximas à orla, enquanto a população de baixa renda continuava a ser empurrada para regiões mais distantes e com menos infraestrutura. O Plano Diretor, revisado ao longo dos anos, tentou mitigar os impactos dessas transformações, mas a segregação socioespacial, as ocupações irregulares e a perda de identidade cultural dos bairros tradicionais, principalmente caiçaras, permaneceram como desafios críticos para o planejamento urbano. O crescimento da cidade foi, então, caracterizado por um aumento das pressões sobre o meio ambiente e uma dinâmica de territorialização e reterritorialização constante.

Nos estudos de Vieira *et al.* (2023) é apontado que o crescimento econômico dos municípios do Litoral Norte, especialmente Ilhabela e São Sebastião, está fortemente relacionado à expansão de empreendimentos ligados à exploração do petróleo e às atividades portuárias. No entanto, Caraguatatuba e Ubatuba também tiveram um crescimento econômico acima da média regional, estadual e nacional, impulsionado principalmente pelo setor turístico, como é o caso de Ubatuba, que não está diretamente vinculado às atividades petrolíferas ou portuárias.

Dessa forma, a partir da década de 1990 se configura uma nova territorialização no município de Caraguatatuba advindo de uma intensa migração impulsionada pelo crescimento do turismo, especulação imobiliária, busca pelo pré-sal e posterior duplicação da Rodovia dos Tamoios. Dentro desta gama de fatores impulsionadores do crescimento econômico do município, é possível analisar que esse crescimento econômico não ocorreu em consonância com seu desenvolvimento. No que tange aos problemas relacionados a esse crescimento estão a segregação socioespacial, carência de infraestrutura urbana e qualidade de vida equitativa, além da ocupação irregular de solo em áreas de risco e/ou preservação permanente.

A duplicação da Rodovia dos Tamoios não apenas facilitou o tráfego entre São Paulo e o litoral norte, mas também teve impacto significativo nas cadeias de logística, permitindo um fluxo mais eficiente de mercadorias. Isso pode levar a reduções nos custos de transporte e tempos de entrega, beneficiando tanto as empresas de logística quanto os consumidores. No entanto, essas transformações não ocorrem sem consequências complexas, especialmente no que tange à valorização imobiliária, especulação e gentrificação.



O Projeto Orla (PMC, 2003) realizou um mapeamento abrangente que detalha a situação atual, as tendências de desenvolvimento e a situação desejada para a orla de Caraguatatuba. A intenção declarada do projeto é alcançar a situação desejada por meio de melhorias urbanas e infraestrutura. No entanto, a concentração de investimentos em infraestrutura nas áreas centrais e a prevalência dos interesses privados sobre os públicos têm perpetuado as tendências existentes. Em vez de promover uma redistribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, essas ações tendem a agravar a especulação imobiliária e a gentrificação, expandindo desigualdades e resultando no deslocamento das populações tradicionais caiçaras para áreas periféricas menos valorizadas.

Contemporaneamente a duplicação da Rodovia dos Tamoios e as expansões relacionadas à indústria petrolífera têm contribuído significativamente para a transformação territorial de Caraguatatuba, com a territorialização de novas áreas para uso comercial e industrial, mas também geram segregação espacial e impactos ambientais. Essas deficiências podem aumentar os problemas de mobilidade, abastecimento e qualidade de vida, resultando em desterritorialização forçada de moradores que habitam áreas sem serviços essenciais.

4.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS DESTERRITORIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA

Desterritorialização ocorre quando há um deslocamento ou desapropriação de comunidades ou indivíduos de seus territórios originais. Em Caraguatatuba, este fenômeno pode ser observado na remoção de populações tradicionais e comunidades vulneráveis devido a projetos de desenvolvimento urbano ou pressões do mercado imobiliário. Esse deslocamento frequentemente resulta na migração dessas populações para áreas periféricas e menos desenvolvidas, provocando a ocupação irregular do solo e criando bolsões de pobreza. A desterritorialização de Caraguatatuba a partir de 1990 pode ser entendida como os processos que desestabilizaram as formas estabelecidas de uso e organização do território, provocando mudanças significativas na estrutura socioespacial e econômica da cidade. A expansão urbana e a especulação imobiliária frequentemente levaram ao deslocamento de populações de baixa renda para áreas periféricas e menos desenvolvidas. Isso gerou uma fragmentação do espaço urbano e contribuiu para a formação de assentamentos

irregulares e favelas (Gigliotti e Santos 2013).

Segundo Tulik (1995), a relação entre turismo e residência secundária é definida pela “relação tempo-custo-distância.” A melhoria das condições de acesso, como a duplicação da Rodovia dos Tamoios, facilita o deslocamento e reduz o tempo de viagem, tornando a cidade mais atrativa para a construção de residências secundárias. Para Weissberg (2009, p. 14) “O incremento de residências secundárias representa a força do setor imobiliário no espaço litorâneo”. A transformação de áreas rurais ou naturais em zonas urbanas ou de especulação imobiliária frequentemente desestabilizou as formas tradicionais de uso do solo. O fenômeno do turismo como condutor do crescimento populacional de Caraguatatuba pode ser observado pelo aumento na verticalização do município (IBGE, 2024).

O atual plano diretor de Caraguatatuba e suas atualizações apresentam o aumento significativo de liberação de alvarás de construções cada vez maiores verticalmente. Esse aumento é uma resposta direta a liberação da verticalização proposta no plano diretor da cidade nos últimos anos. Previsto na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e do planejamento municipal, além de ser legislação obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes. Aprovado em 2011, o Plano Diretor de Caraguatatuba (Lei Complementar 42/2011) passou por revisão após cinco anos de vigência (Lei Complementar 73/2018). De acordo com o resumo executivo de Caraguatatuba, o Plano Diretor Municipal de Caraguatatuba definiu as Macrozonas com zoneamentos específicos, que norteiam as políticas de proteção ambiental e ocupação urbana. A Macrozona de Desenvolvimento Urbano define zoneamentos específicos que permitem a verticalização em diferentes níveis e usos diversos. Assim, os empreendimentos verticais em Caraguatatuba respondem ao zoneamento municipal e são implantados em zonas que incentivam, de maneira geral, os usos de comércio, serviços e residencial.

O novo plano diretor de Caraguatatuba, permitirá que áreas antes consideradas ZPP – Zonas de Preservação Permanente, se tornem Zonas liberadas para verticalização por empreendimentos imobiliários. A revisão do Plano Diretor prevê, entre outros pontos, a liberação de empreendimentos na costa norte do município, na Mococa e Tabatinga. A gentrificação, seguida pela especulação



imobiliária, permite que as empresas de construção civil priorizem interesses financeiros em detrimento do bem-estar coletivo, agravando a situação das áreas de preservação ambiental. A urbanização descontrolada tem resultado na expulsão de populações mais vulneráveis para áreas de risco, muitas vezes ambientalmente sensíveis, onde há ausência de infraestrutura básica, como saneamento e coleta de lixo.

A urbanização desordenada e a especulação imobiliária em Caraguatatuba, especialmente em áreas próximas à orla, têm causado um processo de desterritorialização dos caiçaras e de comunidades mais pobres. A valorização imobiliária e gentrificação criam desafios para a integração social, exigindo uma reterritorialização que leve em consideração a inclusão social e a preservação da identidade cultural local. A urbanização desordenada ainda é um problema, e a gentrificação da orla é um claro exemplo de desterritorialização que afeta as populações caiçaras. O desafio aqui é garantir que essas políticas promovam a reterritorialização inclusiva e não contribuam para a exclusão socioespacial.

4.3 RETERRITORIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA

Reterritorialização é o processo de reorganização e reestruturação do espaço após a desterritorialização, muitas vezes por novas populações ou para novos usos. Em Caraguatatuba, a reterritorialização tem sido marcada pela expansão desordenada de bairros e pela ocupação irregular de áreas de preservação ambiental. Essa ocupação descontrolada não só viola leis ambientais, mas também cria áreas carentes de serviços públicos essenciais, como saneamento básico, transporte, educação e saúde.

Maricato (2002) discute o padrão de crescimento urbano no Brasil, que apesar de suas especificidades regionais, é caracterizado pela irregularidade fundiária como elemento central na ocupação do território. Entre 1995 e 1999, segundo a autora, foram construídas aproximadamente 4,4 milhões de moradias no país, mas apenas 700 mil foram produzidas formalmente pelo mercado imobiliário. Isso significa que mais de três milhões de residências foram erguidas em áreas invadidas ou inadequadas para urbanização, refletindo a persistência de uma segregação espacial. Tal realidade é fruto de políticas públicas ineficazes ou inexistentes, que continuam a perpetuar a exclusão de



parcelas significativas da população no espaço urbano formal.

Maricato (2002) aborda a divisão entre a “cidade legal” e a “cidade ilegal” como uma característica marcante da segregação urbana no Brasil. A “cidade legal” é aquela reconhecida pelo poder público, equipada com infraestrutura e valorizada pelo mercado imobiliário, enquanto a “cidade ilegal” se refere às áreas irregulares, ocupadas sem planejamento e frequentemente localizadas em terrenos vulneráveis e precários, descritas pela autora como espaços marginalizados e “fora das ideias” do poder público. Essa fragmentação, sustentada pela lógica do mercado imobiliário, reforça desigualdades e limita o acesso das populações mais vulneráveis a direitos e oportunidades nas cidades.

Neste contexto, moradias localizadas nas encostas em bairros mais afastados como Jardim Califórnia, Jaraguazinho e Olária apresentam risco aos moradores. Segundo parecer técnico desenvolvido pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2010), essas áreas dentre outras 13 que estão distribuídas em áreas de risco, estão no setor de remoção de moradias mediante ao risco iminente de deslizamento. Em muitas das áreas retratadas, é possível observar construções situadas em encostas íngremes e terrenos instáveis, frequentemente associadas a uma infraestrutura deficiente ou inexistente. As habitações são muitas vezes precárias, com estruturas inadequadas para suportar as condições ambientais adversas. A falta de planejamento urbano adequado e a ocupação irregular do solo contribuem para a alta vulnerabilidade dessas áreas, tornando-as propensas a desastres que ameaçam a segurança e o bem-estar dos moradores. Problemas como drenagem inadequada, risco de desmoronamentos e ausência de saneamento tornam a urbanização futura extremamente onerosa e reforçam o ciclo de exclusão social. Simultaneamente, a orientação de investimentos públicos prioriza a geração de renda imobiliária em áreas valorizadas, beneficiando grupos políticos e econômicos específicos (Maricato, 2000).

Assim, é possível observar a discrepância de infraestrutura da população de Caraguatatuba. Em Caraguatatuba, a segregação socioespacial se reflete de maneira crítica nas áreas de risco, demonstrando as desigualdades urbanas. A análise do IPT indica que 78% das áreas mapeadas no município apresentam grau de risco alto ou muito alto para ocorrência de escorregamentos. Essa distribuição desproporcional dos riscos acentua a segregação socioespacial, pois as comunidades



de baixa renda, frequentemente localizadas em áreas vulneráveis e com menos infraestrutura, são mais suscetíveis aos impactos adversos de desastres naturais. A falta de investimentos e a ausência de políticas públicas eficazes para mitigar esses riscos nas regiões mais afetadas contribuem para a perpetuação de desigualdades e a fragilidade das populações que habitam essas zonas de risco.

Dentro da dinâmica socioespacial de Caraguatatuba, a segregação se torna ainda mais nítida quando se considera a disparidade entre os condomínios fechados com uso sazonal e as áreas habitadas por moradores permanentes. Enquanto os condomínios fechados, geralmente usados como casas de veraneio e com infraestrutura completa, oferecem uma alta qualidade de vida e serviços adequados, as residências de moradores permanentes situadas em zonas de risco frequentemente carecem de infraestrutura básica, como energia elétrica e abastecimento de água. Essa divisão acentuada entre áreas privilegiadas e zonas carentes não apenas ilustra a desigualdade socioespacial, mas também destaca como a falta de investimentos e a infraestrutura inadequada contribuem para uma vivência desigual no município. A falta de infraestrutura nas áreas ocupadas por moradores permanentes reforça as disparidades e limita o acesso dessas comunidades aos serviços essenciais e à segurança, fortalecendo os desafios enfrentados em um contexto de risco geotécnico elevado (IPT, 2010).

De acordo com a Prefeitura de Caraguatatuba (2024), somente no primeiro semestre de 2024 foram impedidas mais de 30 tentativas de invasão de áreas de preservação permanente (Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979), e que recebem em média de uma a duas denúncias por semana. Dentre os bairros mais invadidos estão Morro do Algodão, Golfinhos, Rio do Ouro, Olaria e Mococa, que segundo o IPT (2010) estão entre as 19 áreas e 54 setores com riscos de deslizamento/escorregamento de terra que variam de menor para maior risco. Isso demonstra que apesar da fiscalização por parte da Prefeitura e remoção de algumas dessas tentativas de invasões, não há efetividade na realocação dessas pessoas, nem efetividade na remoção, haja vista o número de bairros que se desenvolveram ao longo dos últimos anos em APPs, sem qualquer tipo de intervenção ou infraestrutura prévia.

A reterritorialização em Caraguatatuba, caracterizada pela expansão desordenada de bairros e ocupação irregular de áreas de preservação ambiental, segue um padrão observado em diversas

regiões costeiras com crescimento urbano em ascensão. Conforme descrito no estudo de Vieira *et al.* (2023), a segregação social e espacial amplifica a vulnerabilidade das comunidades frente a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra, decorrentes da urbanização desordenada. Em Caraguatatuba, essa dinâmica é agravada pela ocupação de áreas de risco e a falta de infraestrutura adequada, resultando em uma população exposta a riscos significativos e carente de serviços básicos. A ocupação desordenada do espaço e a expansão urbana em áreas de risco, muitas vezes impulsionadas pela reprodução do capital, expõem progressivamente a população a perigos climáticos.

Historicamente, os programas habitacionais e as zonas destinadas à habitação social em municípios como Caraguatatuba tendem a ser localizados longe do centro urbano, dificultando o acesso das populações vulneráveis ao transporte público eficiente e aos serviços da cidade formal. Essa dinâmica perpetua um ciclo de vulnerabilidade, pois, como apontado por Ermínia Maricato (2003), muitas dessas pessoas acabam retornando às áreas de risco devido à falta de acesso à “cidade legal”. O plano, embora relevante no contexto da redução de riscos imediatos, demonstra a necessidade de uma política habitacional integrada e inclusiva que não apenas remova as pessoas do perigo, mas garanta a elas o direito a uma moradia segura e conectada à malha urbana de forma equitativa.

O processo de reterritorialização em Caraguatatuba não tem afetado apenas as comunidades tradicionais, como os caiçaras, mas também a população de menor poder aquisitivo que, diante do aumento do fluxo migratório, é forçada a ocupar áreas de risco ou ambientalmente sensíveis. A expansão urbana desordenada, impulsionada pela especulação imobiliária e a busca por novas oportunidades econômicas, especialmente no setor do petróleo, tem deslocado essas populações para periferias mal planejadas e regiões sem infraestrutura adequada. Isso tem agravado a degradação ambiental, pois muitas dessas ocupações ocorrem em zonas de preservação ou encostas sujeitas a deslizamentos. A pressão populacional em áreas vulneráveis intensifica a destruição de ecossistemas locais, ao mesmo tempo que expõe essas comunidades a riscos ambientais e sociais, perpetuando um ciclo de exclusão e degradação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em Caraguatatuba revela um cenário complexo de crescimento urbano desordenado, especulação imobiliária e segregação socioespacial. O crescimento populacional observado desde a década de 1990, impulsionado pela expansão do turismo, duplicação da Rodovia dos Tamoios e pela exploração do pré-sal, alterou significativamente a dinâmica socioeconômica e ambiental da cidade. Esses fatores contribuíram para a territorialização de novas áreas, com a urbanização avançando sobre regiões sensíveis e sem infraestrutura adequada, levando à desterritorialização de comunidades tradicionais, como os caiçaras, e populações de baixa renda, que foram deslocadas para áreas periféricas e de risco.

A territorialização em Caraguatatuba reflete o avanço urbano sobre áreas sensíveis e previamente preservadas, impulsionado por fatores como a duplicação da Rodovia dos Tamoios, a expansão do turismo e a exploração do pré-sal. Esse processo representa a apropriação do território para atender demandas econômicas, muitas vezes desconsiderando impactos socioambientais. Essa dinâmica contribui para a fragmentação socioespacial e a exclusão de populações vulneráveis, ampliando a desigualdade no acesso ao território e seus recursos. A desterritorialização envolve o deslocamento forçado de populações tradicionais, como os caiçaras e a população de baixa renda advinda do fluxo migratório, os caiçaras por sua vez representam um patrimônio cultural imaterial de grande relevância. Esse processo reflete a ruptura dos laços históricos e culturais, agravando a segregação socioespacial e desconsiderando a dimensão do território como patrimônio coletivo (Dallabrida, 2020).

A reterritorialização em Caraguatatuba demanda uma reorganização do território que priorize a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a proteção do patrimônio cultural caiçara. Medidas como a regulamentação do mercado imobiliário, a criação de moradias populares em áreas centrais e a inclusão da população no planejamento urbano são fundamentais para promover uma ocupação territorial mais justa e resiliente. Essa abordagem pode equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, garantindo que as populações vulneráveis tenham acesso à infraestrutura básica e proteção frente aos desafios das mudanças climáticas.

A falta de fiscalização contínua e eficiente permite que ocupações irregulares avancem em áreas de preservação e de risco, agravando os problemas ambientais e sociais. Além disso, o mapeamento e a desocupação de áreas de risco, embora previstos, frequentemente não são acompanhados de políticas de reassentamento adequadas, o que perpetua a vulnerabilidade das populações afetadas. A ausência de investimentos suficientes em infraestrutura e na recuperação de áreas degradadas também contribui para a ineficiência das políticas estabelecidas pelo Plano Diretor. Como resultado, o município continua enfrentando desastres ambientais recorrentes, como deslizamentos e enchentes, que poderiam ser mitigados com a correta aplicação das normas previstas na legislação.

Dessa forma, Caraguatatuba precisa fortalecer suas políticas públicas voltadas para a reterritorialização, para garantir o direito à moradia digna, à proteção ambiental e à integração socioespacial de suas populações. Além disso, é urgente a implementação de medidas preventivas para mitigar os impactos de desastres naturais, com foco especial nas áreas de risco, a fim de evitar que tragédias como as de 1967 e 2023 se repitam. O planejamento urbano de Caraguatatuba deve buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, promovendo uma ocupação territorial mais justa e resiliente frente às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. In: **Revista Geosul**, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos**. In: Bourdieu, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], n. 2, p. 39, 2000.
- CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **Santo Antônio de Caraguatatuba – Memórias e Tradições de um povo**. FUNDAAC, 2000.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **Planejamento e gestão territorial: aportes teórico metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios** – Mafra, SC. Ed. da UnC, 2020.
- DALLABRIDA, V. R., Mueller, A. A., Andrade Viana de Andrade, A., Franchi Carniello, M., Büttenbender, P. L., Gonçalves Gumiero, R., Frigo Denardin, V., Rotta, E., & de Oliveira Menezes, E. C. (2023). **Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais**. *Desenvolvimento Em Questão*, 21(59), e14586. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14586>



FONSECA, Alex Sandro Santos. **Entre Territórios: Políticas Públicas e Comunidades Tradicionais**. Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH – SP. Santos, 2014.

Fundação Florestal. Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo. **MAPA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE PRODUÇÃO FLORESTAL SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL**

Disponível em: <https://fflorestal.sp.gov.br/areas-protegidas/> Acesso em: 15 nov. 2024.

FUNDACC – Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba. **Espaço Hartât Acervo Indígena exposição “Introspecção de Inverno/ 2024 – Tupi-Guarani”** Disponível em: <https://fundacc.sp.gov.br/artesanatos-e-artes-plasticas/ceramica/18/06/2024/espaco-hartat-acervo-indigena-exposicao-introspeccao-de-inverno-2024-tupi-guarani> Acesso em: 15 nov. 2024.

GIGLIOTTI, Claudilene Macedo da Costa. SANTOS, Moacir José dos. **Expansão urbana de Caraguatatuba (1950-2010): Uma Análise das Transformações Sócio Espaciais**. Artigo revista on-line caminhos da geografia. Instituto de geografia UFU. Jun. de 2013.

GLASS, R. **London: aspects of change**. London, MacGibbon & Kee, 1964.

GUERRA, Yara. **Especulação Imobiliária: O que é e como afeta as cidades?** Data publicação: 31/01/2024 Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/urbanismo/noticia/2024/01/especulacao-imobiliaria-o-que-e-e-como-afeta-as-cidades.ghtml> Acesso em: 02/08/2024.

GUERRA, Yara. **Gentrificação: O que é e qual o seu efeito para a cidade?** Data publicação: 18/02/2024. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/urbanismo/noticia/2024/02/gentrificacao-o-que-e-e-qual-o-seu-efeito-para-a-cidade.ghtml> Acesso em: 02/08/2024.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização a Multiterritorialidade**. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Publicado por: Associação dos geógrafos Brasileiros. Portal de periódicos UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Data da publicação – jan., 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlac. São Paulo. Annablume – 2005.

IBGE – Censo 2022 município Caraguatatuba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caraguatatuba/panorama> Acesso em: 30/07/2024.

IDSC-BR. **Cidades Sustentáveis** Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3510500/>. Acesso em 02/04/2024.

Instituto Pólis – **Resumo executivo Litoral sustentável**. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resumo-executivo-CARAGUATATUBA-Litoral-Sustentavel.pdf>

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Mapeamento e proposta de plano de gerenciamento de áreas de risco de escorregamentos do município de Caraguatatuba, SP**. PARECER TÉCNICO 18 578-301 Secretaria de Desenvolvimento – PATEM – Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba Outubro de 2010.

SANTOS, Elinaldo; BRAGA, Vitor; SOUZA SANTOS, Reginaldo; DA SILVA BRAGA, Alexandra Maria. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Desenvolvimento Regional em Debate, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>

MARICATO, Ermínia. VAINER, Carlos. ARANTES, Otilia. **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos**. 3ª edição – Editora Vozes. Petrópolis, RJ - 2002.

PETROBRAS. Petróleo Brasileiro S.A. **Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté. Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Volume 1/3 – abril de 2006. Biodinâmica Engenharia e meio ambiente.



PETROBRÁS. **UNIDADE DE TRATAMENTO DE GÁS MONTEIRO LOBATO**. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/conteudo/unidade-de-tratamento-de-g%C3%A1s-monteiro-lobato> Acesso em: 15 nov. 2024.

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. **Artesanato, danças folclóricas e cozinha caiçara representam Caraguatatuba no Revelando São Paulo 2018**. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2018/09/artesanato-dancas-folcloricas-e-cozinha-caicara-representam-caraguatatuba-no-revelando-sao-paulo-2018/> Acesso em: 15 nov. 2024.

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Secretaria de Urbanismo. **Construção Civil em Alta: Caraguatatuba Registra Emissão de 658 novos Alvarás em 2023**. Publicado em 08 de agosto de 2023. Disponível em : <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2023/08/construcao-civil-em-alta-caraguatatuba-registra-emissao-de-658-novos-alvaras-em-2023/> Acesso: 15/03/2024.

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. **Proposta de Revisão Plano Diretor. Processo 3144/2021**. Disponível em: https://www.camaracaragua.sp.gov.br/ap/anexos_revisao_plano_diretor.pdf Acesso: 20/03/2024.

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. DECRETO Nº 2.059, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024. **Plano Preventivo de Defesa Civil no Município de Caraguatatuba**. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2024/11/Edital_1452.pdf Acesso em 15 de jan. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec. Edusp, 1978.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura, **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, M. J. dos; CARNIELLO, M. F. História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2014

SANTOS, Moacir José dos. VIEIRA, Edson Trajano. SANTOS, Divina Fátima dos. **Capital Social da População do Município de Caraguatatuba - SP e a sua relação com o Desenvolvimento Social e Econômico**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR v. 14, n. 4, p. 226-252, Jul/2018 (ed. especial).

SAQUET, Marcos Aurelio. SILVA, Sueli Santos. **MILTON SANTOS: Concepções de Geografia, Espaço e Território**. ISSN 1981-9021 - Geo. UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

SMITH, Neil (1986). Tradução: Sanfelici, Daniel de Mello. **Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 11, n. 1, p. 15–31, 2007. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046.

STOFFEL, J.; Rambo, A. G.; Freitas, T. D. **Escalas do Desenvolvimento: Análises a partir da PNDR e da Política Territorial no Brasil**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019.

VIEIRA, E. T.; LEMES, M. da C. R.; SILVA, R. C. da; FISCH, G.; SANTOS, M. J. dos. **Desenvolvimento Regional e a Intensificação das Catástrofes Socionaturais: O Caso do Município de São Sebastião/SP**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 19, n. 3, 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i3.7326. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7326>. Acesso em: 2 ago. 2024.

WEISSBERG, David. **Novos Padrões de Ocupação Urbana em Zonas Turísticas Estudo dos Condomínios Horizontais na cidade de Caraguatatuba – Litoral Norte de São Paulo**. Universidade do Vale do Paraíba Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. São Jose dos Campos, SP - 2009.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



